



XVI Encontro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Campina Grande.
Os desafios da Extensão Brasileira frente à curricularização e às mudanças paradigmáticas.
De 06 a 08 de março de 2023. Cajazeiras, PB – Brasil.

FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO CAMPONESA PELO DIREITO À TERRA E À ÁGUA NO CARIRI PARAIBANO

Wisla Ferreira Lima¹, Daiane Silva Lima², Jorge Luís Barbosa³, Carla Aliny Queiroz⁴, Carolina Figueiredo de Sá⁵
carolina.figueiredo@professor.ufcg.edu.br

^{1,2,3,4} Estudantes de Graduação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, UFCG, Campus CDSA, Sumé, PB. Brasil.

⁵ Coordenadora do Projeto e Orientadora, Docente Dedicção Exclusiva, UFCG, Campus CDSA, Sumé, PB. Brasil.

Resumo: Este Projeto teve por objetivo geral promover processo de educação não-escolar em comunidades camponesas posseiras, por meio de diferentes estratégias educativas de formação e mobilização popular sobre as temáticas do direito à terra e à água. Como resultados, destaca-se a mobilização de centenas de famílias em prol de seus direitos à titulação fundiária, a qual tem desdobrado em Acordo de Cooperação Técnica entre UFCG, EMPAER, Sindicato, Associação Comunitária e Municípios participantes.

Palavras-chaves: Educação não-escolar, Direito à terra e à água, Titulação fundiária.

1. Introdução

O projeto de Educação Camponesa pelo direito à terra e à água no Cariri-PB surgiu tendo em vista a realidade agrária das famílias camponesas posseiras ribeirinhas de municípios do Alto Paraíba, dentre os quais se insere os municípios de São Domingos do Cariri, Caraúbas, Sumé e muitos outros. Tais famílias, herdeiras antigas de pequenas glebas rurais, possuem apenas a posse precária de suas terras, acarretando, dentre outros fatores, em situação de constante instabilidade econômica e social para as mesmas (BARBOSA, 2020; OLIVEIRA, 1982; PEREIRA, 2008). A regularização fundiária, direito básico constitucional (BRASIL, 1988) ainda não efetivado para as comunidades camponesas da região, urge ser compreendida enquanto tal pelos camponeses, de modo a impulsionar a organização coletiva dos mesmos em função deste e de outros direitos historicamente negados à população pobre do campo brasileiro, em particular do Semiárido nordestino.

O debate sobre o tema se acirrou no cenário nacional com a publicação da Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019, posteriormente substituída pelo Projeto de Lei 2.633/20, tendo em vista que, historicamente, são os grandes proprietários fundiários os que possuem suas terras regulamentadas, porém, adquiridas, muitas vezes, de maneira ilegal (processo conhecido por "grilagem" de terras públicas e/ou de posses precárias de camponeses pobres). Conforme diferentes autores e organizações sociais, a referida MP e o PL 2.633/20, teriam efeitos práticos de "regularização da grilagem de terras", facilitando a legalização fundiária de grandes propriedades rurais, especialmente em áreas de expansão da fronteira agrícola, como a Amazônia brasileira, mas não apenas, uma vez que ambos abrangem todo o país (CHIAVARI; LOPES, 2020; NOTA TÉCNICA, 2019).

Diante do conflituoso histórico da formação e regularização fundiária no Brasil, nos colocamos a seguinte questão-problema: uma vez que são os pequenos produtores os que, majoritariamente, não possuem suas posses regularizadas, os recentes programas governamentais e legislações destinadas à regularização fundiária promoverão efetivamente o acesso destes sujeitos ao seu direito? As comunidades camponesas tradicionais do Cariri paraibano estão

cientes deste direito e dos meios necessários para obtê-lo?

Destaca-se que a chegada das águas da Transposição do Rio São Francisco no Rio Paraíba tem levado à valorização econômica das terras ribeirinhas, o que, dada a precariedade das posses camponesas nas margens do rio, ocasionam potencial e efetivo risco quanto à permanência de milhares de famílias ribeirinhas no Alto Paraíba (MELO, 2019), fato que acentua a necessidade premente de uma formação e mobilização capilar nas comunidades rurais acerca de seus direitos à terra e à água recém chegada no Cariri paraibano. Acontecimentos no curso da própria construção dos Eixos Norte e Leste da transposição, nos estados de Pernambuco e Ceará, deram conta de que pelo menos 800 famílias de posseiros/camponeses pobres foram desalojadas arbitrariamente, e receberam indenização apenas pelas benfeitorias, pois, segundo uma das empresas do consórcio de obras, "(...) as terras não entraram na avaliação das propriedades a serem indenizadas por possuírem baixo valor de mercado" (DEMENTSHUK, 2014).

Deste modo, para fazer valer o direito de uso da água para os camponeses pobres ribeirinhos no Cariri, há que se articular à luta pela regularização de suas terras, de maneira premente, com o que muito pode contribuir a Universidade Federal de Campina Grande e, em particular, a Unidade Acadêmica de Educação do Campo (UAEDUC/CDSA). Considerando que o direito pleno à pequena propriedade camponesa é direito historicamente negado pelo Estado ao campesinato pobre sem terra e com pouca terra no país, nos inquietamos diante da urgência social da demanda do conjunto das comunidades camponesas (assentadas e não assentadas da reforma agrária), pelo acesso ao título definitivo de propriedade à que fazem juz, o que conferirá em base para a efetivação de melhores condições de vida e de produção/criação de animais em suas localidades.

Desta maneira, este projeto foi pensado visando abordar de maneira intencional, planejada e problematizadora, dois temas fulcrais que atingem diretamente a vida das famílias camponesas posseiras e suas condições de produzir e se sustentarem em suas terras, como é o caso do direito à titulação fundiária e o direito ao uso das águas do rio Paraíba que as atravessam.

Definimos, assim, como nosso objetivo geral desenvolver processo de educação não formal junto à famílias camponesas posseiras de municípios do Cariri Paraibano, no sentido de que as mesmas tivessem acesso à formações acerca de seus direitos à terra e à água, contribuindo, assim, com a formação crítica dos sujeitos do campo.

Como objetivos específicos, buscamos:

* Instituir um processo de formação educacional com a equipe extensionista (docentes, estudantes e colaboradores), de modo a fomentar o conhecimento teórico e prático sobre a realidade agrária vivida pelas famílias camponesas posseiras do Cariri Paraibano;

* Propiciar a formação docente de licenciandos em Educação do Campo em espaços não escolares, nos aspectos teórico (estudos mensais da equipe), prático-organizativo (planejamento, mobilização e realização das sessões mensais nas comunidades) e didático (preparação das intervenções/debates mensais e mediação pedagógica efetiva nas mesmas);

* Estreitar a parceria da Universidade com as comunidades camponesas circundantes do Cariri Paraibano, sindicatos e associações envolvidas na luta pela titulação das posses de camponeses;

* Promover a formação e mobilização popular junto às comunidades camponesas participantes do Projeto, de modo a impulsionar o conhecimento das mesmas acerca do seu direito à terra (titulação/regularização fundiária) e às águas oriundas da transposição do Rio São Francisco, criando espaços coletivos de problematização sobre os meios pelos quais elas poderão acessar tais direitos.

O público-alvo de nosso Projeto foram 07 comunidades rurais dos municípios de São Domingos do Cariri e Caraúbas, ambos situados no Cariri Paraibano, abarcando um conjunto de aproximadamente 350 famílias camponesas participantes. Parte destas comunidades já participaram de outros Projetos de Extensão² desde 2019 os quais, assim como este, foram coordenados pelo NuCariri³. É também importante mencionar que as entidades parceiras do Projeto⁴ foram conveniadas com a UFCG para fins de Estágio Curricular Supervisionado de estudantes de licenciatura em Educação do Campo, de modo que a integração e o conhecimento recíproco entre os participantes do Projeto era já existente, potenciando alcançarmos com êxito os objetivos previstos no mesmo.

2. Metodologia

Para a realização deste Projeto extensionista, partimos da compreensão dialética materialista dos processos de desenvolvimento dos fenômenos e do conhecimento humano sobre os mesmos (SAVIANI, 2015). Neste sentido, a interrelação entre a prática social e a produção de conhecimento é compreendida de maneira indissociável, o que buscamos articular ativamente ao longo de toda a realização do Projeto.

Como estratégias metodológicas, tivemos:

- Estudos da equipe extensionista para promoção da formação docente em espaços não-formais (artigos e

capítulos de livros, matérias de revistas e sítios eletrônicos, ademais do próprio Projeto de Extensão) e reuniões para avaliação do andamento dos trabalhos e planejamento das atividades.

- Reuniões nas comunidades camponesas participantes, com diferentes estratégias metodológicas de abordagem e recursos didáticos, tais como vídeo-debate, músicas, slides, dentre outros. Nessas reuniões, uma estratégia formativa regular foi quanto a promoção da participação das lideranças das próprias comunidades, em preparação prévia e conjunta com as mesmas acerca da pauta de discussões e recursos a serem adotados para mobilização das famílias para estes encontros, o que foi fator decisivo para o sucesso em termos de participação das comunidades nas atividades propostas.

- Confecção de cartazes sobre as temáticas da terra e da água por estudantes bolsistas e voluntários participantes, bem como de panfleto informativo acerca dos temas tratados.

- Participação em manifestação e Audiência Pública sobre a regularização fundiária no município de São Domingos do Cariri, junto as comunidades participantes do Projeto.

- Elaboração de pequeno vídeo-documentário sobre a participação das comunidades camponesas em manifestação e Audiência Pública pelos estudantes bolsistas e voluntários.

- Visitas de casa em casa nas comunidades rurais, em conjunto com suas lideranças locais, para conversas informativas sobre o Projeto e mobilização das famílias para as atividades do mesmo.

- Participação em reuniões junto a EMPAER, Sindicato parceiro e gestores municipais de São Domingos do Cariri e Caraúbas, em diferentes momentos, com vistas à assinatura de Termo de Cooperação Técnica para fins de regularização fundiária (em processo de finalização).

3. Resultados e Discussões

Podemos afirmar que o objetivo geral do Projeto foi alcançado em escala maior do que a prevista inicialmente, uma vez que de duas comunidades participantes (em 2021 e primeira metade de 2022, como Projeto de Fluxo Contínuo), passamos a atuar num total de 7 comunidades rurais, abarcando cerca de 350 famílias posseiras ribeirinhas, sendo 6 delas no município de São Domingos do Cariri e 1 no município de Caraúbas, com discussões sistemáticas sobre as temáticas da terra (titulação) e da água no curso de junho à dezembro de 2022. Ademais, podemos dizer que o Acordo de Cooperação Técnica entre UFCG, EMPAER, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Associação Comunitária e Municípios participantes é da maior relevância social e econômica para as famílias, e configura como resultado efetivo da intervenção extensionista educativa da Universidade junto às comunidades rurais destes municípios, a qual tem-se desdobrado em termos de projeção de política pública de regularização fundiária de pequenos posseiros ribeirinhos.

² Projeto Cinema vai ao campo (PROBEX/2019); Projeto de Defesa Sanitária CDSA/Sumé (PROBEX/2020 e 2021). Duas dessas comunidades, ainda, tomaram parte na primeira versão do presente Projeto no final de 2021 e primeiro semestre de 2022 (Edital Fluxo Contínuo/UFCG)

³ Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano (CNPQ).

⁴ Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Domingos do Cariri e Associação de Moradores para o Desenvolvimento Comunitário Passagem dos Calunga.

Especificamente, buscamos instituir um processo de formação educacional com a equipe extensionista para que ela pudesse conhecer na prática a realidade agrária vivida pelas famílias camponesas posseiras do Cariri Paraibano, no sentido de que pudesse ser efetivada uma práxis com o conhecimento teórico produzido sobre a sociedade brasileira dentro da universidade e por meio do Núcleo de Pesquisa e Extensão NuCariri. Este objetivo foi crucial de ser atingido satisfatoriamente, para que pudéssemos alcançar os demais, uma vez que era chave que a equipe extensionista se apropriasse dos conhecimentos teóricos sobre os temas abordados com as comunidades, bem como pudessem estabelecer vivas relações com as experiências práticas das famílias camponesas, o que pudemos verificar na crescente interação dos estudantes e docentes participantes com as comunidades.

Os estudos e debates realizados contribuíram com tal formação, a qual envolveu 5 estudantes de graduação, 1 docente coordenadora e orientadora e 3 docentes colaboradores. As visitas "de casa em casa" nas comunidades também foram muito formativas, nas quais as famílias se sentiam à vontade para relatar suas experiências, de modo que toda a equipe pode aprender muito com as comunidades durante o processo de extensão. Tais formações com a equipe extensionista tiveram como eixos teórico-metodológicos: 1- Do direito à terra e à água para os camponeses pobres (BATISTA, 2010; CARDOSO, 1979; MELO, 2019; NASCIMENTO, 2020; OLIVEIRA, 1982; SODRÉ, 1962) e 2- Formação não-escolar crítica como prática extensionista (MARX, 2017; SAVIANI, 2015; SIMSON, 2007; LIMA e PIMENTA, 2006).

Deste modo é que podemos afirmar que também alcançamos outro dos objetivos específicos, qual seja o de propiciar a formação docente de licenciandos do curso de Educação do Campo em espaços não escolares, nos aspectos teórico, prático-organizativo e didático, uma vez que os graduandos efetivamente assumiram suas responsabilidades quanto ao planejamento, mobilização e realização das discussões nas comunidades, bem como contribuíram na preparação do conjunto das atividades e na mediação pedagógica junto às famílias posseiras, tendo sido um processo de crescente desenvoltura, iniciativa e aprendizagem na prática acerca dos processos não-formais de educação, o que é sumamente importante na formação dos Licenciandos em Educação do Campo.

Seguramente que a parceria entre universidade e comunidade foi muito fortalecida, especialmente por meio da atuação e protagonismo do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Domingos do Cariri, entidade parceira conveniada com a UFCG para atividades de pesquisa e extensão, o que compunha também um de nossos objetivos específicos.

Ademais, com a execução do Projeto, a promoção de vídeos-debates, reuniões, palestras, panfletagens, mobilizações nas casas dos moradores das comunidades, participação em Audiência Pública e demais atividades, sempre em parceria com as lideranças locais e numa perspectiva colaborativa de trabalho, podemos dizer que

alcançamos nosso objetivo de criar espaços coletivos de problematização sobre os direitos das famílias posseiras ribeirinhas tanto à terra (titulação/regularização fundiária) como ao uso das águas oriundas da transposição do Rio São Francisco.

4. Ilustrações



Figura 1 – Reunião na Comunidade Pau Ferro, São Domingos do Cariri - PB.



Figura 2 – Reunião na Comunidade Barro Vermelho, São Domingos do Cariri - PB.



Figura 3 – Reunião na Comunidade Malhada do Meio, São Domingos do Cariri - PB.



Figura 4– Reunião na Comunidade Porteiras, São Domingos do Cariri - PB.



Figura 7– Reunião na Comunidade Passagem dos Calungas, Caraúbas - PB.



Figura 5 – Reunião nas Comunidades Mororó e Melo, São Domingos do Cariri - PB.



Figura 8 – Visitas de casa em casa, São Domingos do Cariri - PB.



Figura 6 – Reunião nas Comunidades Mororó e Melo, São Domingos do Cariri - PB.



Figura 9 – Reunião com EMPAER e INCRA, João Pessoa - PB.



Figura 10 – Reunião da equipe na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Domingos do Cariri - PB.



Figura 10 – Participação em manifestação e Audiência Pública pelo direito ao título das terras de pequenos posseiros, São Domingos do Cariri.



Figura 11 – Participação em manifestação e Audiência Pública pelo direito ao título das terras de pequenos posseiros, São Domingos do Cariri.

5. Conclusões

O Projeto de Extensão Educação Camponesa pelo Direito à Terra e à Água no Cariri-PB obteve êxito no curso de sua realização e em seus resultados. O desenvolvimento das atividades de educação não formal junto às famílias camponesas posseiras dos municípios participantes, reunindo coletivamente e com regularidade as comunidades rurais para discussões e encaminhamentos conjuntos, impulsionaram, efetivamente, seu protagonismo e fortalecimento de vínculos entre Universidade e comunidade. Os trabalhos desenvolvidos no Projeto, puderam contribuir efetivamente com que as comunidades envolvidas buscassem, de maneira informada e coletiva, os seus direitos à regularização fundiária das terras em que habitam, plantam e criam, bem como outros direitos à este relacionado, como é o caso do acesso contínuo à água para plantio e criação de animais, dada a chegada das águas do Rio São Francisco na região. O compromisso assumido pela EMPAER, Sindicato, Associação e Municípios, em prol da regularização

fundiária nos mesmos, o qual tem a UFCG como parceira para a mobilização educativa das comunidades, em Acordo de Cooperação Técnica entre os entes, expressa a concretização mais ampla e desdobrada dos objetivos iniciais do Projeto extensionista aqui relatado, cumprindo de maneira exitosa o papel social da Universidade Pública brasileira e, em particular, da Extensão Universitária.

6. Referências

BARBOSA, Dione Pereira. **A questão agrária no Município de Monteiro – PB: problematizações no ensino de Sociologia.** p.247. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio) Universidade Federal de Campina Grande, Pós-Graduação, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé. Sumé – PB. 2020.

BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950).** 2010. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, **Instrução Normativa Nº 97, de 17 de dezembro de 2018.**

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A brecha camponesa no sistema escravista.** In: Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.

CHIAVARI, Joana; LOPES, Cristina Leme. Nota Técnica. **Medida provisória recompensa atividades criminosas:** Análise da MP 910/2019 que altera o marco legal da regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020. <https://climatepolicyinitiative.org/wpcontent/uploads/2020/02/NT-MP-910.pdf>

DEMENTSHUK, Márcia. Transposição do rio São Francisco: via de mão única. Reportagem. **A Pública,** Agência de Jornalismo Investigativo, 6 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://apublica.org/2014/02/transposicao-rio-sao-franciscode-mao-unica/>

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poiesis pedagógica,** 2006.

MARX, Karl. **O Capital** [Livro 3]. Crítica da economia política. O processo global da produção capitalista, Boitempo Editorial, 2017. Tradução de Rubens Enderle.

MELO, Maria José de. **Transposição do Rio São Francisco e renda fundiária**: uma análise da propriedade camponesa do Alto Paraíba-PB. 2019. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

MORAES VON SIMSON, Olga; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não-formal: um conceito em movimento**. pp.13-38. In: MORAES VON SIMSON, Olga, et all. *Visões singulares, conversas plurais*. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

NASCIMENTO, Tomires da Costa e Silva. **A questão agrária e a formação do campesinato negro no município de Sumé-PB**: uma discussão com o ensino de Sociologia. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio) Universidade Federal de Campina Grande, Pós-Graduação, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé. Sumé – PB. 2020.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Os posseiros e a luta contra o capital**: “...a terra é de ninguém”. Caderno Prudentino de Geografia, N 3, 1982.

PEREIRA, Daniel Duarte. **Cariris paraibanos**: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária. Raízes da desertificação? Tese (Doutorado em Recursos Naturais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2008.

SAVIANI, Demerval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal**: Marxismo e educação em debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 2a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.XV ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFCG: Ações de Extensão no Enfrentamento ao Coronavírus – COVID19. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2021-2022. Anual. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/cite/issue/view/5>. Acesso em: 1 dez. 2022.

Agradecimentos

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Domingos do Cariri, pelo suporte e colaboração no desenvolvimento das atividades.
À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG.